

B)

LEIS DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

I

LEI N.º 635, DE 28 DE SETEMBRO DE 1916

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

ARTIGO 1.º

O n.º 3.º do artigo 3.º da Constituição Política da República Portuguesa fica substituído pelo seguinte:

«A República Portuguesa não admite privilégio de nascimento nem foros de nobreza e extingue os títulos nobiliárquicos e de Conselho.

Os feitos cívicos e actos militares podem ser galardoados com ordens honoríficas, condecorações ou diplomas especiais. Se as condecorações forem estrangeiras, a sua aceitação depende do consentimento do Governo Português».

ARTIGO 2.º

O n.º 22.º do artigo 3.º da Constituição é eliminado.

ARTIGO 3.º

Após o artigo 59.º da Constituição será inserto o seguinte artigo:

ARTIGO 59.º-A

A pena de morte e as penas corporais perpétuas ou de duração ilimitada não poderão ser restabelecidas em caso algum, nem ainda quando for declarado o estado de sítio com suspensão total ou parcial das garantias constitucionais.

§ único — Exceptua-se, quanto à pena de morte, somente o caso de guerra com país estrangeiro, em tanto quanto a aplicação dessa pena seja indispensável, e apenas no teatro da guerra.

ARTIGO 4.º

A Constituição Política da República Portuguesa será novamente publicada com as modificações constantes dos artigos anteriores.

ARTIGO 5.º

Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *Afonso Costa* — *Brás Mousinho de Albuquerque* — *Luís de Mesquita Carvalho* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos* — *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho* — *Augusto Luís Vieira Soares* — *Francisco José Fernandes Costa* — *Joaquim Pedro Martins* — *António Maria da Silva*.